

A Inteligência Brasileira e a Formação de Profissionais da Educação: algumas aproximações

Aquiles Santos Cerqueira

Resumo: A sociedade brasileira, como as demais emergentes de processos colonizadores vivenciaram e vivenciam uma desqualificação cuja superação passa pela sua autoafirmação como diferente da sociedade europeia e não como inferior pelo fortalecimento da miscigenação como fator de criação de alternativas mais aprimoradas de sobrevivência. Tendo por referência a geração de intelectuais brasileiros das décadas de 1920 / 1930, período de grande efervescência da cultura brasileira, que na educação escola, culminará no lançamento do intitulado Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova, em 1932, marco entre a educação colonial jesuítica e a modernização educacional brasileira. A reflexão aqui proposta identifica as posturas da intelectualidade nacional dentre as propostas de desenvolvimento para o país, apontando possíveis vínculos entre os parâmetros de progresso colocados à sociedade e os projetos de formação de profissionais para a educação.

Palavras-chave: Inteligência brasileira; Formação de profissionais; Intelligentsia

Introdução

Esta reflexão procura levantar algumas possíveis contribuições da “intelligentsia educacional brasileira” para a formação de profissionais da educação, em particular a dos professores. Tendo por referência a geração de intelectuais brasileiros das décadas de 1920 / 1930, período de grande efervescência da cultura brasileira, que na educação escolar, culminará no lançamento do intitulado Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova, em 1932, marco entre a educação colonial jesuítica e a modernização educacional brasileira.

A reflexão aqui proposta identifica as posturas da intelectualidade nacional dentre as propostas de desenvolvimento para o país, apontando possíveis vínculos entre os parâmetros de progresso colocados à sociedade e os projetos de formação de profissionais para a educação. Passa primeiramente por uma breve radiografia do pensamento sobre a sociedade brasileira desenvolvido pelos intelectuais ocupados com o campo educacional. Pontua a percepção preconceituosa europeia do ordenamento social instaurado no Brasil a partir da miscigenação, entendendo este processo como algo mais que o simples cruzamento genético entre raças, por gerar possibilidades sociais novas, que serão confrontadas pelos europeus via processo de aculturação. Finda com a identificação de possíveis reflexos da postura da intelectualidade frente à problemática social brasileira sobre a atuação dos profissionais da educação e apresentação de algumas alternativas para os programas de formação de profissionais para a educação.

Entretanto, não há aqui uma historiografia do pensamento brasileiro, tampouco ignorância dos contextos que tornavam possíveis as ideias e propostas quanto aos rumos da sociedade

brasileira, mas um recorte. Um breve recorte na tentativa do estabelecimento de um nexo entre o que se viu e se esperava para a nação brasileira e seus reflexos na educação que hoje implementamos, em particular na formação dos profissionais desta área.

I

Cabe aos intelectuais desenvolverem alternativas práticas aos dramas vivenciados pela sociedade ou seus estudos devem seguir rumos desinteressados da trivialidade do cotidiano? Iniciemos nossa reflexão por esse questionamento que não cala e, não raramente, inquieta tanto intelectuais quanto populares, pois a intelectualidade é frequentemente instigada a responder à sociedade sobre questões sociais referentes à educação da juventude, à produção de víveres e muitos outros de ordens as mais diversas, colocados à academia, que findam no questionamento quanto ao papel da intelectualidade na organização e desenvolvimento da vida em sociedade.

Polêmica antiga, a questão da vinculação entre o trabalho intelectual e as ações práticas finca-se na dicotomia pensar / executar, colocada ainda na sociedade grega, com claro privilégio dos aspectos teóricos. Postura que socialmente consolidaria no mundo ocidental como um paradigma que dicotomiza teoria e prática. Numa percepção da vida e, conseqüentemente, das relações sociais que ignora a possibilidade de complementariedade desses dois aspectos da vivência social, e que confere maior prestígio as atividades intelectuais e relega à segundo plano os saberes de origem empírica.

Este apartamento entre os aspectos teóricos e os práticos impacta sobremaneira o ordenamento social. Produz, vamos dizer, uma espécie de casta considerada superior aos demais grupos sociais, os intelectuais, que se dedicará ao pensamento, às pesquisas e a produção de conhecimentos, ganhando com isso o poder de validar conhecimentos, definindo o que é verdadeiro e o que é falso, ou menos relevante.

Originária do latim, a expressão *intelligentsia* adotada na Europa a partir do século XIX refere-se à classe dos intelectuais engajados num projeto de desenvolvimento da nação. Conceito que bem se aplica à postura de alguns intelectuais brasileiros do período que abrange esta reflexão, que tinham por propósito unir esforços no fortalecimento de uma identidade nacional e no aprimoramento cultural da massa populacional. No entendimento de ser a fragilidade desses aspectos – identidade e cultura - fator determinante do atraso em que se encontrava a nação no cenário econômico internacional.

II

Desde muito cedo, ainda nos primeiros anos da ocupação do território denominado Brasil, os portugueses preocuparam-se com o desenvolvimento de uma educação formal, e a primeira empreitada neste sentido foi empreendida pela igreja católica que, buscando superar os impactos das críticas reformistas luteranas em seus quadros e devotos, procurou, via ação catequista, ampliar seus espaços territoriais e de influência política, social e religiosa.

Com esse objetivo a igreja católica fundou a ordem jesuíta Companhia de Jesus, empresa responsável pelo desenvolvimento da catequese nas novas terras. No entanto, a atuação dos jesuítas não se limitou à catequese e aculturação dos nativos das novas terras, ampliou-se às orientações aos governantes, o que potencializava o alcance dos objetivos da empresa colonial.

Com o desenvolvimento e conseqüente complexização das atividades econômicas e sociais na colônia, as atividades jesuítas ampliaram-se assumindo moldes de ação educacional. O acultramento promovido pelos membros da Companhia de Jesus limitado à conversão dos indígenas a fé cristã católica apostólica romana, com o realdeamento desses silvícolas em missões - unidades produtivas e educacionais, nas quais se cultivava produtos de interesse da Coroa Lusitana e desenvolviam-se atividades artesanais, musicais e cênicas -, passou a atender também, com a fundação de colégios, aos filhos dos colonos.

Contudo, havia no olhar do europeu sobre o Brasil certa incompreensão, uma estranheza com o que se vivia nas terras tropicais. Uma espécie de incompreensão do quadro social que brotava de uma miscigenação que, combinando os aspectos geográficos tropicais, gerava elementos culturais genuínos, tão distintos quanto distantes da monotonia mono-racial europeia.

Ocorria ali, nos trópicos, em especial na sociedade brasileira, a possibilidade de um novo modo de ser e viver. Advindo de um “ninguém”, o mestiço - no dizer do antropólogo Darci Ribeiro¹ -, um novo corpo social sem tradição a orientá-lo, ímpar que podia, portanto, criar suas próprias matrizes socioculturais, fecundadas na miscigenação ocorrida entre o negro africano, o índio americano e o branco europeu.

Um sujeito que, em função dos genitores, um de uma raça e outro de outra, não se enquadrava em nenhuma categoria étnica previamente estabelecida. Que punha a todos diante do novo, abrindo, assim, possibilidades para a originalidade do ponto de vista social, pois a ausência de categorias enquadradoras dos comportamentos e dos olhares para o mundo e para a vida em sociedade tornava a sociedade tropical sem a predição de pecados, sem modelos. Aos olhares europeus, sem controle.

Corpo social sem padronizações a seguir, a civilização que emergiu no território brasileiro tinha na diversidade sua principal característica, elemento tomado pelos europeus como fator de discriminação. Uma vez que para eles, presos a valores de uma sociedade mono-étnica, tal diversidade assemelhava-se à barbárie, levando-os a enquadrar os hábitos e costumes tropicais num patamar evolutivo inferior ao seu.

Era necessário, portanto, aculturar aquele ser que, sem limites, via-se livre para viver a irracionalidade. Recorreu-se então à catequese, processo de inculcação dos padrões cristãos da igreja católica apostólica romana e de valorização dos modos de vida europeus. Perspectiva sob a qual o aparato colonizador ganhou ares que iam além da simples exploração, tornando-se, também, uma empreita civilizatória.

¹ Comentário sobre a gênese da sociedade brasileira e o papel do mestiço no vídeo “Povo Brasileiro” da coleção Expedições: terras e povos do Brasil.

A estranheza com a sociedade trocal motivou várias viagens de estudiosos e, conseqüentemente, muitas teses foram levantadas sobre as razões daquele modo de vida que se engendrara. A maioria preconceituosa e fortalecedora da ideia de superioridade da civilização europeia buscava razões desde condições geográficas – clima principalmente no primeiro momento – até a miscigenação, que explicassem o caráter indolente, preguiçoso e agressivo dos indivíduos, caracterizando sua inferioridade para com os europeus.

Assim, convictos de ser a Europa o celeiro cultural da humanidade, exemplo de civilização e civilidade a ser seguido, os colonizadores impuseram as bases eurocêntricas de desenvolvimento social e política às reflexões sobre o Brasil. E, com o apoio da maioria da intelectualidade da época, foram definidos os parâmetros de progresso para a sociedade brasileira.

Nesse cotexto, os intelectuais postaram-se diante da gente brasileira de forma messiânica, assumindo, como missão, salvar a sociedade da barbárie para o que buscavam nos exemplos europeus propostas a serem aplicadas às questões sociais brasileiras, num exemplo claro de uma miopia socioantropológica que desconsiderava as discrepâncias existentes entre o contexto social brasileiro e o das nações europeias.

Além de importadas e do caráter salvacionista às alternativas de desenvolvimento, pode ser acrescentado outro problema, o fato de a intelectualidade posicionar-se acima daquela barbárie reinante na sociedade brasileira. Postura preconceituosa que levou ao desenvolvimento dos projetos de forma centralizada, sem a participação popular, na crença da mudança pelo topo e no entendimento de ser esta uma ação única e exclusiva de governo, mas, sobretudo, nas temáticas abordadas. A cultura brasileira e o Brasil entravam, enfim, na pauta da vanguarda intelectual nacional.

III

A intelectualidade brasileira herdara, então, um pouco da postura colonizadora catequista. Formados, inicialmente, quase que exclusivamente nas universidades europeias, os jovens bacharéis aprendiam as boas maneiras de convivência e de organizar a sociedade sob o ponto de vista civilizatório europeu, o que os levava a perceberem, também, nossa diversidade étnica sob a ótica da monotonia étnica metropolitana, portanto, como fator de inferioridade e atraso cultural.

Muitos são os exemplos desta herança catequista e messiânica em nossa intelectualidade e vários são os segmentos sociais em que ela se manifesta. Mas nesta reflexão nos deteremos na educação, e especificamente na geração de 1930, no entendimento de que as propostas daquele grupo de pensadores ainda influenciam as proposições para a educação na atualidade. Contudo, sem antes falarmos da década de 1920, período no qual a intelectualidade artística inicia uma mudança no seu foco criativo, voltando-se para a paisagem social e geográfica brasileira, sob a liderança de Oswald de Andrade e Tarsila do Amaral, movimento que se estenderá aos demais segmentos, como a educação e a política.

A década de 1920 representou sem dúvida mudanças para todos. Os europeus viviam momentos de reestruturação interna após a grande guerra, que além de pôr fim ao

absolutismo monárquico no continente, enfraqueceu suas relações externas, oportunizando às nações sob sua influência buscarem alternativas próprias para as suas questões.

No Brasil tal momento não foi desperdiçado, mesmo porque antes da guerra já corriam ventos modernistas entre os pensamentos da intelectualidade nacional. Artistas como Lasar Segall – 1913 – e Anita Malfatti – 1917 – capitaneavam um movimento de contestação à forma academicista que dominava o estilo artístico realizado no território brasileiro. Movimento que ganhará corpo e culminará na Semana de Arte Moderna de 1922, na qual foram colocadas sob a égide de Oswald de Andrade as bases para a produção artístico-cultural brasileira. No entanto, embora se tratasse de algo novo, ainda era uma forma europeia de pensar a arte e a cultura, a apresentada pelos intelectuais da Semana de Arte Moderna. Porém, este movimento evoluiu e, ainda sob as orientações de Oswald de Andrade, assumiu um discurso nacionalista, passando a valorizar e expressar uma arte brasileira, não apenas nos motes das obras, sejam elas literárias ou plásticas.

A construção de uma nova ordem na década de 1920 não se limitou às artes: em 22 foi fundado o partido comunista brasileiro; em 24 a Associação Brasileira de Educação – ABE; em 26, na cidade de Recife foi lançado o Manifesto Regionalista; em 27 ocorreu a fundação da Universidade de Minas Gerais, futura Universidade Federal de Minas Gerais, para citar apenas alguns marcos da vaga modernizadora que contagiou a intelectualidade brasileira naquela década.

Esta mobilização avançou na década seguinte e chegando, também, a educação com a criação do Ministério da Educação e Saúde Pública em 1931, a fundação da Universidade de São Paulo – USP – em 34 e a instalação da Universidade do Distrito Federal em 35. Mas o fato deste período que mais nos interessa nesta reflexão deu-se em 1932, o chamado Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova. Documento articulado na IV Conferência Nacional de Educação da ABE, assinado por intelectuais de diversas áreas do conhecimento, que se caracterizará como lugar de memória da educação brasileira (Xavier, 2002).

A exemplo da Semana de 1922, este movimento na educação originalmente fundava-se em ideias importadas, uma vez que defendiam as orientações de educadores estadunidenses e franceses. Contudo, foram ideias que, em função da proximidade de seus mentores nacionais com o governo e os veículos de mídia – jornais e revistas -, ganharam muita popularidade e força no país, promovendo um impacto de extrema relevância na educação, colocando-a na ordem do dia, na pauta das discussões políticas e sociais brasileira.

Não obstante o manifesto dos pioneiros tenha estimulado o debate educacional, dada a permanência do que denomino eixo colonizador, os chamados pioneiros da educação não romperam com a postura histórica das elites brasileiras em relação a população e aos rumos da nação. Mantiveram a defesa da mudança pelo alto e centralizada, ou seja, implementada pelo governo; a percepção da população como incapaz de articular seu destino social e implementar um processo de mudanças; e o entendimento de que cabiam a eles, elite intelectual, a missão de salvar a nação da barbárie, colocando-a nos trilhos civilizatórios sob o ponto de vista dos modelos educacionais europeus – franceses – e estadunidenses.

Liberais, os pioneiros da escola nova acreditavam na *educação como bandeira civilizadora* (Bomeny, 2003:10), e tinham a racionalidade científica como parâmetro de análise da sociedade e de suas propostas, o que os levava à defesa da estruturação de uma educação pública, laica e gratuita como caminho para a modernização da sociedade, sendo o combate ao analfabetismo fundamental ao êxito desta empreitada modernizadora que os situava em lado oposto ao da igreja, detentora de grande parte da rede escolar privada, a favor de uma educação escola com base católica. E terá interlocutores destacados na sociedade como Florestan Fernandes e Darcy Ribeiro - citando apenas dois ícones -, da luta pela educação pública de qualidade, fundamentada nos valores populares brasileiros e comprometida como desenvolvimento de uma sociedade autônoma e soberana, que permeará o debate educacional brasileiro por todo o restante do século XX, e porque não dizer, até os dias atuais.

IV

Clara estava, desde os primeiros olhares sobre a sociedade brasileira, tanto nos equívocos quanto nos acertos a cerca dos rumos que se deveria dar ao processo de estruturação do desenvolvimento, seja econômico seja social, a existência de duas tendências: uma francamente defensora da manutenção dos laços coloniais com a Europa, tanto do ponto de vista econômico como do ponto de vista cultural; e outra propondo a construção de uma sociedade soberana e com identidade própria.

É notório, também, que ambas as propostas, no que diz respeito às alternativas apresentadas à sociedade brasileira, partem de matrizes vinculadas a modelos importados. Primeiramente os europeus e mais recentemente os estadunidenses, elaboradas fora do território brasileiro, principalmente nas universidades europeias e que a intelectualidade brasileira se mantém, em menor peso na atualidade, presa às referências civilizatórias estrangeiras.

Esta percepção da sociedade como incapaz associada à ideia missionária das elites, acabou por influenciar algumas posturas dos agentes das políticas públicas que, via de regra, criam comissões de acadêmicos e membros do governo para a elaboração de propostas de políticas públicas – muitas vezes necessárias e acertadas – porém, em gabinetes, sem a participação das representações populares.

Postura não se limita ao primeiro escalão. Na educação, os profissionais que atuam nas escolas, portanto na base do sistema, próximos a comunidade, não raramente, decidem todas as estratégias educativas sem o debate com a comunidade, pois ao se reconhecerem como intelectuais, formadores de opinião, os educadores, como que por osmose, assumem postura semelhante a da elite intelectual, agindo como sabedores do que é melhor para a sociedade em termos educacionais. Posicionamento que amplifica nas atitudes dos professores que, quando em escolas da periferia, assumem papel messiânico. No entendimento de ser a educação escolar – em parte com razão – a única porta de saída daquela condição de exclusão vivenciada por aquelas comunidades.

Porém, este reconhecimento da importância da educação escolar e de seu papel social vem acoplado a uma visão de ciência semelhante à defendida pela intelectualidade, com claro

favorecimento dos saberes livrescos, reconhecidos pela academia e a ignorância dos saberes populares, o que torna a ação educativa uma ação colonizadora, uma aculturação das camadas populares nos valores e saberes das classes mais favorecidas. Colocando assim, à educação escolar, parâmetros de sucesso burgueses, quase sempre, inatingíveis pelas camadas menos favorecidas da população, em função de suas condições objetivas de vida, contribuindo, desta forma, para o chamado fracasso escolar.

V

Torna-se relevante, então, o desenvolvimento de programas de formação de professores mais conectados às questões sociais. O desenvolvimento de um currículo que contemple ações de pesquisa nas quais o futuro educador, na convivência com a sociedade, aprenda a buscar juntamente com os alunos e demais membros da sociedade alternativa de maior significância para os envolvidos na tarefa educativa – professores, alunos, autoridades locais e responsáveis pelos alunos. Na construção de um currículo no qual teoria e prática são partes distintas, porém integradas da complexa tarefa educacional e da vivência social.

De certa forma, o caminho para esta construção curricular já foi apontado na proposta de ordenamento da educação básica, contida nas leis de diretrizes para a educação desde a segunda metade do século passado, com a estruturação curricular em dois núcleos: o comum, que diz respeito àquelas disciplinas científicas tradicionais e, o diversificado que abre espaço ao debate das questões locais. E pode ser deduzida também nas propostas apresentadas pelos movimentos da década de 1920 e 1930 quando sinalizavam a necessidade afirmação da cultura brasileira.

Os debates de 30 abordavam ainda a questão da formação da mão-de-obra para uma indústria naquele momento nascente que ainda continua em expansão e colocava o compromisso que cabia à educação escolar a formação básica dos indivíduos. Questão que ainda pauta as discussões educacionais brasileiras. O que torna imprescindível que os educadores, ainda em sua formação, adquiram informações e debata sobre as possíveis relações entre a educação básica e o mundo do trabalho, sem o medo de estar tomando a educação num viés utilitarista. Uma vez que trabalhar é o fim, pelo menos na nossa sociedade, da maioria dos indivíduos. Desta forma, seria bastante relevante que os currículos dos cursos que objetivam preparar os profissionais para a educação, tanto no nível de graduação como no de pós-graduação, equilibrassem suas cargas de conteúdos e seu tempo entre os aspectos teóricos e técnicos e as questões sociais que constituem o pano de fundo e permeiam a ação educativa.

Quero concluir afirmando que não vai aqui a hipótese de desqualificar a ciência nem tampouco o conhecimento acumulado pela humanidade. Mas a tentativa, ainda embrionária, de procurar tornar a educação escolar algo mais efetivo no processo de construção de uma brasilidade e da valorização dos diversos aspectos que constituem esta brasilidade, sob pena de nos perdermos enquanto nação em meio a esta vaga globalizante que avança sobre nossas cabeças já há alguns séculos.

Referências

BOMENY, Helena Maria Bousquet. **Os intelectuais da educação**. 2. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 2003. (Coleção Descobrimdo o Brasil).

PRATI, Inaldo Antonio. **O Modernismo Brasileiro**. Disponível em: <<http://www.brasilcultura.com.br>>. Acesso em: 26 de jul. 2007.

Povo Brasileiro. Dir. Paula Saldanha & Roberto Werneck. Edições Del Prado.

XAVIER, Libânia Nacif. **Para além do campo educacional**: um estudo sobre o manifesto dos pioneiros da educação nova (1932). Bragança Paulista, SP: EDUSF, 2002. (Coleção Estudos CDAPH, Série Historiografia).